

Ano p 2
25 ABR 1987
Raphael propõe novo método de contribuições

BRASÍLIA — O Ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, propôs à Assembleia Nacional Constituinte, em palestra na Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, que a folha de salários das empresas passe a constituir base de incidência exclusiva das contribuições previdenciárias. Ao mesmo tempo, sugeriu como contribuição complementar das empresas a instituição do lucro bruto como base adicional de incidência de alíquota específica de contribuição.

Raphael justificou sua proposta afirmando que "na medida em que os setores produtivos reagem diferentemente ao movimento cíclico da economia, a utilização de suas bases combinadas de incidência tende a fornecer maior estabilidade à receita, promovendo a compensação de perdas e ganhos a curto prazo, bem como perspectivas mais favoráveis no longo prazo".

Raphael também propôs que a concessão dos benefícios associados à complementação da remuneração dos segurados para a manutenção dos dependentes, como por exemplo o auxílio-natalidade, o salário família e o auxílio-funeral, "fique condicionado à comprovação de rendimento mensal do segurado até um limite fixado na forma prevista em lei".

O Ministro propôs a "criação de um Sistema de Seguridade Social mais amplo, onde constitua dever primário deste assegurar minimamente o bem-estar daqueles que não possuem ou já exauriram sua capacidade produtiva". Para isso, ele defendeu "a substituição da visão previdenciária predominante, estritamente contratualista, pelo princípio da universalização do sistema". Raphael explicou que essa medida "significa o reconhecimento do direito coletivo à seguridade social como decorrente da incidência direta ou indireta dos encargos previdenciários sobre toda a sociedade".

Finalizando a sua palestra na Subcomissão, Raphael propôs que o reajustamento dos benefícios previdenciários fique submetido "à evolução média das contribuições sociais" e que os órgãos de direção das instituições de seguridade sejam formados por representantes dos segurados, dos empregadores e da União.

Ilgenfritz debate reforma 5 horas com deputados

BRASÍLIA — No mais longo debate realizado pela Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária — cinco horas —, Presidente do Incra, Ruben Ilgenfritz, ouviu ontem ao mesmo tempo críticas e elogios à intervenção do Governo na questão fundiária. Defendeu com veemência a "democratização da terra", a reforma agrária através de desapropriações, fixação do tamanho máximo da propriedade e limitação do direito à propriedade, vinculando-o à sua obrigação social.

O depoimento de Ilgenfritz foi considerado por vários parlamentares o mais importante e não terminou na parte da manhã, como estava previsto. A Subcomissão teve que cancelar o depoimento do Presidente da Embrapa, programado para a tarde, para dar continuidade aos debates, que duraram cinco horas. O surgimento de posições absolutamente divergentes — ainda que ninguém tenha se declarado contra a reforma — mostrou como será a discussão de uma proposta de reforma agrária na Constituinte.

O Deputado Assis Canuto (PFL-RO) acusou o Governo de intervir na terra de forma "malévola e equivocada". O Deputado José Mendonça (PFL-PE) afirmou que o Governo insiste em desapropriar terras produtivas. O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) deixou claro que a sua proposta de reforma agrária é a dos produtores. Apesar de tantas idéias divergentes e da veemência com que eram defendidas, não houve hostilidades de qualquer das partes durante toda a reunião.